

## **Relatos Ausentes na Ditadura Militar: o Lugar da Memória em Depoimentos Orais de Jornalistas Capixabas<sup>1</sup>**

Nicoli TASSIS<sup>2</sup>

Rodrigo CERQUEIRA<sup>3</sup>

Universidade de Vila Velha, Vila Velha, ES

### **Resumo**

O presente artigo objetiva analisar o uso de depoimentos orais para a construção do fato nas narrativas jornalísticas e históricas. Para tanto, tece reflexões de ordem teórico-metodológica em torno da coleta dos relatos de alguns dos principais profissionais ligados à imprensa capixaba durante a Ditadura Militar no Espírito Santo (1964-1985). Problematisa-se, assim, a relação entre os discursos legitimados sobre o regime e a tessitura das memórias individuais/coletivas 50 anos após o golpe.

**Palavras-chave:** jornalismo; história; memória; depoimentos orais; ditadura militar.

### **Introdução**

Certeau (2000) propõe que o projeto de ciência moderna, ancorado na ideologia positivista, pressupõe a possibilidade de o cientista colocar-se à parte da linguagem ordinária e se posicionar à distância para observá-la e atribuir sentidos. A partir desse lugar, ele estaria autorizado a descrever a realidade da vida social de maneira neutra, ou seja, de forma a trazer esclarecimento sobre o obscurantismo, separar a verdade do erro, conforme o princípio iluminista.

O autor observa ainda que ao construir um lugar próprio, a ciência se valeria do poder e autoridade para falar sobre o mundo, revestida da suposição de que seria possível estar até mesmo acima das contradições sociais. Dessa forma, seus enunciados, tidos como esclarecidos, estariam colocados numa posição hierárquica superior ao discurso comum. A autoridade que reveste esse lugar distinto de fala – construído e validado socialmente –

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UUVV-ES), e-mail: [nicolitassis@gmail.com](mailto:nicolitassis@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando em História na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UUVV-ES), e-mail: [rodrigo.cerqueira@uvv.br](mailto:rodrigo.cerqueira@uvv.br)

garantiria ao cientista a sua legitimidade como intérprete da verdade social, renegando à posição subalterna a competência de outros saberes, tal qual o conhecimento comum.

Nessa perspectiva, a constituição do imaginário social em torno de um discurso verdadeiro, pretensamente absoluto, objetivo e neutro delegaria à ciência um lugar distinto das demais práticas discursivas e, por conseguinte, pretensamente autônomo. Por vias notadamente diferentes, o jornalismo e a história também buscaram se conformar como campos autônomos, balizando em métodos próprios a legitimidade na construção dos fatos sociais.

Contudo, a contraface da formação de um campo com base nesses ideais é o risco de se fixar uma visão hegemônica, a-histórica e essencialista, que desconsidera que os enunciados construídos tanto pelo jornalismo quanto pela história também são tensionados por relações de força e efeitos de poder, assim como sinaliza Foucault (2007) com relação a outros campos. Tal legitimidade diz respeito não só à constituição do lugar de autoridade do jornalista ou do historiador (como agentes responsáveis pela narrativa dos principais agentes, fatos e acontecimentos de uma dada sociedade e tempo) como também do tipo de fontes e temas considerados mais legítimos no exercício de narrar o real.

Nesse ponto, assume-se o jornalismo e a história como fenômenos plurais, o que se desdobra no questionamento dos diferentes estatutos que têm regido ambos os campos ao longo do tempo. Por conseguinte, está implicada a problematização dos lugares de autoridade que conformam as narrativas jornalísticas e históricas em épocas e sociedades distintas. Essa é uma discussão extremamente extensa e que encontra diversos caminhos possíveis para a sua condução. Ao considerar o jornalismo e a história como formas de narrativa e espaços onde ocorre a circulação dos fatos sociais, interessa particularmente aos fins propostos por este artigo investigar a construção dos fatos a partir de depoimentos orais, ou seja, exercícios de memória.

Além disso, leva-se em consideração que na arena das disputas simbólicas na qual se inserem o jornalismo e a história como narrativas, instituições, grupos sociais ou mesmo indivíduos concorrem pelo poder de instaurar sua forma de ver e se portar no mundo como a mais preponderante. Nesse ponto, ressalta-se que as forças que tencionam o campo discursivo estão revestidas por níveis de autoridade e reconhecimento díspares. Assim

como evidencia Foucault (2007), o discurso implica em relações de força em que alguns agentes e instituições se tornam mais autorizados do que outros e aqueles que têm o poder de fala ampliado tendem a impor o seu conceito de verdade.

No jornalismo e na história, assim como em outros campos em que o discurso em torno da narrativa é marcado pela pretensão do status de verdade, se torna preponderante o investimento na construção de lugares de reconhecimento da fala. Esse processo está relacionado à capacidade de um campo de sustentar a sua autoridade e legitimidade, a fim de assegurar a sua posição nas relações de comunicação, consideradas por Bourdieu (1996), antes de tudo, como relações de poder.

Nesse sentido, tanto os discursos jornalísticos, quanto os históricos manifestariam aquilo que Foucault (2007) denomina como vontade de verdade, que consiste num dos procedimentos de controle que atingem o discurso, ao lado da palavra proibida (tabu) e da segregação da loucura. Ao contrário dos últimos que não cessam de se tornar mais frágeis, a vontade de verdade se torna em nossas sociedades cada vez mais forte, profunda e incontornável.

Foucault (2007, p. 20) observa ainda que todo discurso que pretende se instaurar como verdadeiro não admite essa vontade de verdade que o perpassa, ocultando a sua face de poder e desejo. “A verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”, ou poderia perder a condição de legitimidade que tanto pleiteia. Partindo dessa constatação, debruça-se diante da possibilidade de problematizar os sistemas de recobrimento do discurso e seus lugares de autoridade no jornalismo e na história que, à semelhança de outros campos do conhecimento, produzem, convertem e validam socialmente os seus enunciados como verdade. Nesse ponto, estão em jogo os elementos capazes de garantir a crença na legitimidade de seus enunciados, muitos deles construídos a partir de narrativas memorialistas.

Essa tensão entre o discurso legitimado e a construção de narrativas a partir da memória se manifesta duplamente no ato de entrevistar para o registro, seja jornalístico ou

historiográfico. A experiência com o projeto *Relatos Ausentes*<sup>4</sup> evidencia um jogo de adequação entre o entrevistador e o entrevistado. Este, autor e personagem do relato, ao lidar com recordações de fatos dolorosos ou constrangedores, oferece aquilo que se permite lembrar, omitindo nexos e tecendo outros no decorrer da própria entrevista. Ao mesmo tempo, se apropria do discurso do entrevistador e da sociedade sobre o período da ditadura militar para construir a representação de si mesmo que deseja inscrever na história. Já o entrevistador oscila entre o singular e o coerente, ora pretendendo obter da fala do personagem o detalhe que rompe o discurso conhecido sobre o período e aponta para a novidade, ora conduzindo a entrevista na direção de confirmar a história estabelecida e colocar o personagem no lugar que a pesquisa prévia destinou a ele.

A relação entre memória e sociedade é evidenciada nos estudos de Halbwachs (1990), que delimita o social como quadro de referência para a (re) construção das memórias individuais. Para o autor, a ação de memorar pressupõe o diálogo com o outro, ou seja, é um exercício que nos atrela à sociedade e ao tempo no qual estamos inseridos. Nessa perspectiva, o rememoração se faz mais intenso na medida em que é reconhecido como um ato conjunto. A isso equivale dizer que as lembranças dos entrevistados tendem a se tornar mais palpáveis quando remetem não apenas a um esforço individual, mas encontram ecos na validação dos pares que vivenciaram situações e contextos similares, num contexto em que a memória coletiva se constitui a partir das lembranças pessoais e vice-versa.

Essa observação é especialmente importante quando se trata de efemérides como os 50 anos do golpe militar de 1964. No contexto atual, a memória socialmente construída em torno desse fato tende a desqualificar os executores do golpe e aqueles que os apoiaram, na ocasião ou ao longo das duas décadas de ditadura que o seguiram. Também, e principalmente no que se refere ao jornalismo, valoriza mesmo os pequenos esforços de resistência, a tomada de consciência sobre a imoralidade da censura e da opressão. É nesse lugar de fala que a maior parte dos entrevistados busca estar, o que constrói uma representação de jornalista nas décadas de 1960 e 1970 que se legitima mais por estar

---

<sup>4</sup> Projeto de Pesquisa desenvolvido por alunos e professores do curso de Jornalismo da Universidade Vila Velha (UVV-ES), com financiamento da FUNADESP, cujo o objetivo central é investigar - por meio do registro das memórias dos profissionais ligados à imprensa capixaba durante a Ditadura Militar, pesquisa documental e bibliográfica - a relação entre censura e prática jornalística no Espírito Santo.

adequado às expectativas de seus interlocutores atuais do que por seguir aquilo que se esperava de um jornalista sob repressão durante a ditadura, um profissional de seu tempo.

Nessa perspectiva, reconhece-se que mesmo as lembranças de caráter mais pessoal são tecidas e transformadas no embate com os outros, ao passo que os acontecimentos mais memoráveis tendem a ser aqueles que pertencem ao domínio comum, ou seja, caracterizam-se como ações que nos recordamos em conjunto.

Conceder-nos-ão, talvez, que um grande número de lembranças reaparecem porque nos são recordadas por outros homens; conceder-nos-ão mesmo que, quando esses homens não estão materialmente presentes, se possa falar de memória coletiva quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que considerávamos; e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Para o autor, essa seria a explicação para não termos lembranças da primeira infância; como ainda não ocupávamos o lugar de seres sociais, não tínhamos como compartilhar nossas impressões sobre/para o mundo. Assume-se, dessa forma, o entendimento da memória como uma ação coletiva, em que a circulação das impressões de um determinado grupo no interior de si mesmo configura a sua existência. Nesse sentido, o conceito de memória se distancia da história. Esta se configura como um movimento externo, em que um grupo é visto por fora, deslocando a memória coletiva para outro tempo e lugar. Só se materializa na história a parte da memória coletiva que se mostra relevante para aqueles que a registram.

### **Narrativas memorialistas: entre o individual e o coletivo**

Se a memória coletiva não transpõe os limites do grupo que a constituiu, o que resta para quem de alguma maneira busca acessá-la é a descrição de fatos que lhes são notadamente exteriores. Por isso, falar de memória coletiva é assumir a sua pluralidade e também admitir a existência de grupos relativamente estáveis pertencentes a outro tempo e lugar. Existência esta que contrasta com o cenário contemporâneo e o pressuposto da “modernidade líquida” (BAUMAN, 2000), em que se não é possível afirmar a falência das memórias coletivas, é visível a dificuldade de encontrar estabilidade no interior de qualquer grupo.

Nesse contexto, interessa-nos problematizar como a memória coletiva é (re) construída nas narrativas históricas e jornalísticas. Como compreender a relação entre a memória e o social numa sociedade marcada pela efemeridade dos laços? Para Bauman (2000), a contemporaneidade se caracteriza pela cisão entre o espaço-tempo e prática da vida. Ao assumir a atualidade como modernidade líquida, o autor se contrapõe à existência da pós-modernidade, ou seja, abandona a ideia de dissensão com a modernidade “clássica”. O que diferencia o contexto contemporâneo dos anteriores não é assim um processo de cisão, mas o reconhecimento da inexistência de um projeto, de finalidade ou da perseguição de uma utopia. A desilusão com o ideal moderno é marcada, nessa perspectiva, não pelo anúncio de algo novo, como o prefixo “pós” poderia significar, mas pela rejeição do velho, pela perda de referências e pela dissolução dos laços sociais.

Numa sociedade em que a evolução dos meios de comunicação relativizou o imperativo da distância, a relação entre tempo e espaço foi acelerada e, gradativamente, incorporada à lógica capitalista. Não é só a produtividade que parece ter sido afetada pela agilidade dos novos tempos: a instantaneidade e a efemeridade dos atos também atravessam nossos modos de narrar e compreender o mundo. Narramos e consumimos momentos, pontos sem dimensão no tempo e no espaço. Coisas e temas passaram a ser descartáveis; tão logo produzidos parecem prontos para serem esquecidos. As ideias e narrativas tendem a ser objeto de consumo imediato, desvencilhando-se do caráter imortal dotado em momentos anteriores.

O “longo prazo”, ainda que continue a ser mencionado, por hábito, é uma concha vazia sem significado; se o infinito, como o tempo, é instantâneo, para ser usado no ato e descartado imediatamente, então ‘mais tempo’ adiciona pouco ao que o momento já ofereceu. Não se ganha muito com considerações de ‘longo prazo’. Se a modernidade sólida punha a duração eterna como principal motivo da ação, a modernidade ‘fluida’ não tem função para a duração eterna. O ‘curto prazo’ substituiu o “longo prazo” e fez da instantaneidade seu ideal último. Ao mesmo tempo em que promove o tempo ao posto de contêiner de capacidade infinita, a modernidade fluida dissolve – obscurece e desvaloriza – sua duração (BAUMAN, 2000, p. 145).

O consumo do efêmero e da instantaneidade mudou as formas de sociabilidade contemporâneas, bem como os modos de narrar e experimentar o mundo. Contudo, paradoxalmente, Bauman (2000, p. 149) observa que na mesma sociedade em que se busca esquecer o que ficou para trás e se demonstra descrença no porvir, passado e futuro

“continuam a ser os dois pilares em que se apoiam as pontes culturais e morais entre a transitoriedade e a durabilidade, a mortalidade humana e a imortalidade das realizações humanas, e também entre assumir a responsabilidade e viver o momento”.

Ao refletir a respeito das narrativas como um exercício humano e social, Ricoeur (1994) afirma que o ato de narrar oferta aos sujeitos sociais um caminho viável para a organização da complexa e fragmentária experiência temporal. Para o autor, a identidade de um texto tem correspondente relação com os modos de seus interlocutores experimentarem o mundo. Tal constatação faz da narrativa, inevitavelmente, um mundo temporal, capaz de significar justamente por trazer em si os traços da experiência que emerge da ação dos atores sociais no mundo.

Desse modo, ao organizar narrativamente suas memórias, os entrevistados do projeto buscam tornar o seu relato válido para seus múltiplos interlocutores (o entrevistador, a câmera, os espectadores imaginados, outros relatos sobre o período da ditadura militar), materializando assim o esforço de produzir e partilhar significados que lhes pareçam mais legítimos, realçando a sua atuação de modo positivo e justificando ações/omissões que possam ser lidas de forma pejorativa.

Tétu (2000, p. 91) adverte que “a experiência do tempo e sua representação constituem duas realidades muito distintas”<sup>5</sup>. O autor é enfático na sustentação da ideia de que a informação produzida no bojo da era midiática poderia fundar uma nova forma de relação entre a sociedade e o tempo. Para ele, a constatação advinda da modernidade de que o mundo estaria em permanente mudança e não passivamente orientado por um tempo cíclico ou ritualizado, acabou por instaurar como condição primordial para a experiência do cotidiano a percepção dos acontecimentos, que por sua vez são considerados elementos centrais das narrativas jornalísticas e históricas.

A partir dos relatos dos entrevistados é possível observar um deslocamento dos três elementos tradicionalmente conclamados na representação da experiência temporal – passado, presente e futuro – dando lugar a um regime mais “presentista”, em que tempo presente e atualidade parecem se confundir no exercício narrativo. Nesse contexto, a

---

<sup>5</sup> Livre tradução de: L'expérience du temps et de sa représentation sont deux réalités très différentes.

perspectiva de um passado iluminador do futuro ou de um presente justificado pelas promessas futuras cederia espaço para um horizonte restrito plenamente ao presente. Nesse sentido, as narrativas memorialistas se orientam por um dos princípios fundadores da teoria da história - a conjuntividade – descrita por Heller (1993) a partir da noção de um presente absoluto, sem passado ou futuro, uma vez que os atores e fatos sociais que estão conclamados no agora, não estavam juntos no passado e não estarão no futuro, do mesmo modo.

Considerar que os relatos contemporâneos dos profissionais ligados à imprensa capixaba durante a ditadura militar operam pela lógica do presente absoluto pressupõe admitir que nem passado, nem futuro justificam coisa alguma ou, em outras palavras, não há como traçar uma relação de causa-valor entre passado e presente ou ainda entender o presente como simples fruto do passado, uma vez que a conjuntividade seria, por si só, a contemporaneidade da narrativa.

Se for plausível afirmar que tais relatos se ancoram, muitas vezes, em um presente absoluto, instituindo um mundo contado em que a realidade narrada, os fatos e atores conclamados não existem dessa mesma forma em outro lugar senão no relato que os materializam, também não se pode desconsiderar que tais textos estão inseridos em um presente histórico, que fornece um terreno simbólico comum no interior de um fluxo (presente-passado), de onde se torna possível o compartilhamento e (re)significação dos enunciados. Assim, ao acessar suas memórias e compartilhá-las, o que os entrevistados ofertam não pode ser considerado o mesmo relato que estiveram impedidos de registrar no passado e sim um relato substituto, tecido na égide do presente.

Dessa forma, o exercício de colonização do tempo empreendido no interior do discurso memorialístico se revela metonímico, uma vez que, passa a materializar o esforço de organizar o caótico período da ditadura militar por meio de um passado-presente-futuro fabricado, legitimado na relação com uma comunidade interpretativa formada por atores sociais que compartilham a mesma escala de valores, crenças e saberes sistematicamente validados coletivamente 50 anos após o golpe.



## **Tempo e memória na ordem da narrativa**

A problemática em torno do tempo e da memória torna-se central no escopo da cultura contemporânea, assumindo, inclusive, espaço na serialidade da indústria cultural. Não raras vezes, nos domínios da história e do jornalismo - assim como do cinema e das artes em geral, entre outros - pode ser percebido o esforço de revisitar sistematicamente as lembranças individuais e coletivas pertencentes a outro tempo e lugar. A questão é que as narrativas memorialistas são constituídas, muitas vezes, sob um paradoxo: sua conformação no bojo de uma indústria tende a alimentar um ciclo massivo de esquecimento, gerando no limite a perda da consciência histórica.

Afinal, e para começar, muitas das memórias comercializadas em massa que consumimos são “memórias imaginadas” e, portanto, muito mais facilmente esquecíveis do que as memórias vividas. Mas Freud já nos ensinou que a memória e o esquecimento estão indissolúveis e mutuamente ligados; que a memória é apenas uma outra forma de esquecimento e que o esquecimento é uma forma de memória escondida (HUYSSSEN, 2000, p. 18).

Quanto mais se torna imperativo lembrar, mais eminente se revela a necessidade do esquecimento. O indivíduo na contemporaneidade parece atravessado, concomitante e insolúvelmente, pelo desejo de tecer laços e pelo caráter fluido das relações sociais, fazendo com que até mesmo o exercício de (re)memorar se constitua como algo transitório e em fluxo. Segundo Huyssen (2000), esse fenômeno pode ser sintetizado na influência midiática nas formas de constituição da memória em suas múltiplas faces (pessoal, geracional ou pública). O autor parte do pressuposto de que a memória e a musealização, conjuntamente, servem ao propósito de ofertar traços tradicionais de identidade sociocultural a um homem que perdeu as suas referências, absolvido pelo avassalador encolhimento do tempo-espaço.

Diante de quadros temporais que se movem rapidamente, busca-se uma extensão do espaço, dentro do qual se possa mover apesar da sobrecarga informacional sempre em fluxo. A memória, desse modo, atenderia ao propósito de fornecer um pouco de conforto para reconstituir os elos partidos com o passado e significar o presente. “Como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro” (HUYSSSEN, 2000, p. 67). Nesse contexto, reconhece-se que a

memória coletiva não possui uma forma permanente, mas está em constante negociação e diz respeito aos valores, crenças e rituais que balizam os pilares de uma dada sociedade.

O passado rememorado está, inevitavelmente, inscrito no presente. Ele diz da busca por afirmar identidades e lutar por um lugar próprio e distinto no mundo, quer seja no âmbito individual ou no coletivo. Por isso, mesmo as lembranças pessoais são constituídas a partir de uma trama de discursos e camadas de representação coletivas, que desnudam o tempo e espaço ao qual se pertence. Numa sociedade em que os meios de comunicação contribuem para a circulação das formas de ser e estar no mundo, as narrativas memorialistas são territórios para (re) definição de identidades, abrindo espaço para (re) significação de realidades em trânsito e em fluxo.

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

Nessa perspectiva, compreende-se a mídia como um dos territórios memoriais que a cultura contemporânea nos oferta e por estar presente em várias nuances sociais, se torna praticamente impossível abdicar de sua influência. Ao informar, entreter, orientar e formar, os meios de comunicação nos oferecem versões verossímeis da realidade, que acabam se firmando no imaginário social como versões legítimas do nosso tempo-espaço, tornado visível e passível de ser (re) visitado.

Estudar a relação da mídia com a memória não é negar a autoridade do evento que é o foco da recordação, mas insistir na capacidade da mídia de construir um passado público, assim como um passado para o público. A textura da memória se entrelaça com a textura da experiência (SILVERSTONE, 2002, p. 237).

Cada vez em que se busca registrar e compartilhar memórias, uma camada se entrelaça e conforma a experiência, doando-lhe (novos) sentidos. A memória (re) escrita é, assim, atualizada justamente pelos elementos que motivaram a sua construção e que, inevitavelmente, vão integrá-la. Em síntese, curiosamente, o mesmo movimento que impede de lembrar, outras vezes permite a memória emergir. Através da narrativa das lembranças individuais, passa-se a compor de forma coletiva o “ter estado lá” - um espaço-

tempo fugidio, que tanto se oferta, quanto se esconde. Se narrar é uma maneira de lidar com a nossa finitude (RICOEUR, 1994), então as narrativas memorialistas – no jornalismo e na história - podem ser vistas como uma forma de fugir da morte, de negar a mortalidade. Talvez, em alguma medida, seja por isso que se registre os grandes momentos e as formas preferenciais de sociabilidade.

No centro dessa discussão - que avança rumo a um arcabouço de preocupações muito mais amplo do que o presente trabalho se propõe -, se destacam os limites e aberturas que tangem a tarefa de narrar o mundo de forma fidedigna e que atravessam tanto o jornalismo, quanto a história, de forma geral. Até que ponto o processo de fabulação inerente, em menor ou maior grau, a qualquer fazer narrativo não interfere na narrativa do real? Em que medida as vozes das fontes e personagens não se “mascaram”, se perdem ou são silenciadas ao serem revestidas pelo(s) discurso(s) histórico(s) e jornalístico(s)? Bastaria abrir espaço para fontes diversas, que tiveram o seu direito de narrar a realidade do país cerceado durante a ditadura militar, para garantir um discurso menos autoritário, ordenador? É possível contemplá-las em silêncio, sem supostamente interferir, para que possam escrever suas próprias narrativas do mundo?

A partir de uma bela metáfora, Benjamin (1994, p.63) dá pistas interessantes para pensar essas questões, especialmente, no que diz respeito à narrativa como uma forma de experimentar o mundo e às marcas que esse processo, inevitavelmente, inscreve no texto, integrando-o. “Não pretende transmitir o puro em si da coisa, como uma informação ou um relatório. Mergulha a coisa na vida de quem relata, a fim de extraí-la outra vez dela. É assim que adere à narrativa a marca de quem narra, como à tigela de barro a marca das mãos do oleiro”.

Para Benjamin (1994), o tempo da narrativa oral já não pode ser resgatado, uma vez que a modernidade nos condenou a experiências esparsas, opacas, superficiais, caóticas e esvaziadas de sentidos. Se não há mais genuíno compartilhamento de experiências e da memória coletiva na arte de narrar, se não se pode falar daquela narrativa que conferia sentido profundo à concretude da vida, em que cada ouvinte era livre para formar uma significação singular; que exercício narrativo é esse que ocorre no bojo das grandes

metrópoles, que é industrialmente talhada por uma infinidade de produtores da informação e que dialoga com interlocutores dispersos espacial e temporalmente?

Suscita-se, nesse contexto, o problema de lidar com um tempo fugidio, que teima em se esvaír rapidamente, enquanto se busca registrar para a coletividade o que antes habitava de modo fragmentário as memórias individuais. Contudo, assim como pondera Borrat (2006), a atualidade não pode ser plenamente descrita como um momento fugaz, mas deve abarcar a noção de presente histórico, de duração variável, por estar ligada de forma simultânea ao que está acontecendo em outros lugares, assim como em outros tempos – passados e futuros diversos, de curta, média ou longa duração. “Precisamente porque dura, a atualidade convoca o relato: precisa ser narrada para ser conhecida” (BORRAT, 2006, p. 280)<sup>6</sup>.

Para Ricoeur (1994) o tempo e a tessitura da intriga são os elementos fundamentais de toda narrativa<sup>7</sup>, na perspectiva de que “(...) o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). Nesse contexto, nota-se que o tempo é um conceito trabalhado pelo autor a partir da complexidade de um passado que já se foi, um presente que não passa de um momento fugidio e um futuro que ainda não está estabelecido, tornando-o mais uma questão a ser respondida do que algo deva ser precisamente delimitado.

Diante do caráter filosófico da discussão, o que se estabelece é a constatação de que há extensões do tempo que estão muito além da cronologia, como as dimensões psicológicas, os lugares de fala e os modos de ser e estar no mundo, passíveis de reconfigurar tempos cronológicos comuns, tornando-os extremamente diferentes para atores sociais distintos, uma vez que, as relações que estabelecem são notadamente particulares. A isso equivale dizer que o tempo só significa, só se torna minimamente inteligível, à medida que se assume como temporalidade humana e, portanto, passível de ser apreendido de múltiplas

---

<sup>6</sup> Livre tradução de: “Precisamente porque dura, la actualidad convoca al relato: necesita ser narrada para ser conocida”.

<sup>7</sup> Nos três tomos que compõem a obra de Paul Ricoeur (1994, 1995, 1997), o autor desenvolve o seu percurso teórico visando delimitar as conexões entre o tempo e a narrativa, particularmente no que diz respeito às narrativas ficcionais e aos estudos históricos. Para tanto, ele se respalda principalmente em dois autores: Santo Agostinho e suas reflexões a respeito do tempo e dos significados que evoca; e Aristóteles e seu pensamento em torno da tessitura da intriga. No movimento de aproximação de ambos, no entanto, Ricoeur adverte que não há unidade teórica entre os autores, uma vez que, enquanto o primeiro não relaciona o tempo à construção da intriga, o segundo não submete o tecer da intriga aos regimes da temporalidade.

formas por interlocutores diversos. É nessa perspectiva que a noção de tempo pode remeter tanto à eternidade<sup>8</sup>, quanto ao fragmento, ao hiato e à finitude, de modo particular, mas, sempre ancorado na memória coletiva da humanidade.

O relato torna o tempo passível de ser (re)visitado, inclusive numa perspectiva cronologista; fixado sob a égide do presente; e também, em maior ou menor grau, antecipado ou previsto, como muitas vezes fazem os entrevistados ao rememorar a experiência nas redações capixabas durante a ditadura, analisar a prática jornalística contemporânea ou mesmo refletir sobre o futuro. Um exercício marcado por muitas imprecisões, acréscimos e omissões, tanto voluntários, quanto involuntários.

### **Considerações finais**

O tempo se torna explicável humanamente pela memória, ao passo que a memória se sustenta por meio de narrativas, que por sua vez, permitem a existência do tempo, independente do passado que jaz, do caráter efêmero do presente ou do futuro projetado. É nesse sentido que o ato de narrar pode ser considerado libertário, a medida em que se oferta como uma ação permanente, hábil para estender a atualidade para muito além de um momento pontual, datado ou fugaz, que estaria fadado a se perder nas tramas da memória.

Mas, se o tempo se torna passível de ser compreendido a partir do ato de narrar, não pode ser tomado como explicação uma para o conceito de narrativa, uma vez que, ainda que o tempo se constitua numa dimensão primordial do exercício narrativo, contar uma história vai além da atualização dos acontecimentos que, para Ricoeur (1994), somente encontram o seu sentido pleno na tessitura da intriga. É o ato de compor, ou seja, o desenvolvimento da lógica do mundo narrado, que torna possível significar de modo coeso o que antes não passavam de fragmentos dispersos.

Nesse ponto, tem-se que o imbricamento entre tempo e intriga no ato de narrar implica no entendimento de que o tempo da narrativa tecida pelos profissionais da imprensa capixaba no presente a respeito das experiências passadas possui caráter próprio, singular, e não corresponde, necessariamente, ao do acontecimento. Por isso, o entrevistado – no papel de

---

<sup>8</sup> Ao lado da dificuldade de mensurar de forma precisa o tempo, a eternidade é uma das questões especialmente caras ao trabalho de Ricoeur, por ser um dos temas centrais das reflexões de Santo Agostinho.

narrador e protagonista dos fatos narrados - pode engendrar estratégias que permitam estender ou realçar ações que no acontecimento tiveram pouco destaque, ou mesmo resumir outras que perduraram bem mais do que o tempo empreendido para construí-las narrativamente, (re)contar o passado ancorando-o no aqui e agora ou mesmo projetar o futuro, antecipando-o como presente.

Para compreender uma história é preciso abarcar duas instâncias concomitantes: a linguagem do fazer e a trama simbólica da cultura (tradições) que revestem e constituem as intrigas. Estas, por sua vez, se situam no campo cultural e são norteadas, por normas ou regras que direcionam a vida e lançam os fundamentos éticos das narrativas. Nesse processo, o compartilhamento de experiências se faz possível porque os autores e seus interlocutores partilham a mesma escala de valores, o que viabiliza, por exemplo, que o apoio e a resistência ao governo militar sejam dotados de significados diferentes antes do golpe, durante o regime repressor e após a reabertura democrática.

A isso equivale dizer que a poética se atrela à ética no exercício de experimentar e valorar o mundo, tendo como terreno comum o campo sociocultural. “A cultura não são cultos e costumes, mas estruturas de significado através das quais os homens dão forma à sua experiência” (GEERTZ, 1989, p. 207). Em suma, admite-se que a construção do fato no jornalismo e na história é um exercício narrativo e, portanto, em constante atualização. Os diversos interlocutores presentes na narrativa (a fonte, o entrevistador, a sociedade, as instituições, outras narrativas, etc.) não apenas interagem com o relato como também o constituem. “O texto só se torna obra na interação entre o texto e o receptor” (RICOEUR, 1994, p. 118).

Assim, infere-se que a força dos enunciados narrativos não reside em qualidades intrínsecas ao relato (estrutura textual), nem na categorização fornecida por gêneros ou estilos de texto (relato histórico, memorialístico ou noticioso), mas na sua compreensão como uma prática e um fazer que se propõe a organizar os fatos no tempo, ordenar de forma compreensível os acontecimentos, mediar a relação entre um mundo temporal e outro intratemporal (ou ético, cultural) prefigurado e um mundo reconfigurado ofertado no momento do embate. Daí a impossibilidade de um relato ausente no passado ser resgatado em plenitude no presente, ou mesmo que uma narrativa seja compreendida de forma estanque por atores sociais que

compartilham tempos e espaços distintos. O que se oferta hoje é uma narrativa provisória, reconhecida por seus interlocutores de modo singular, a partir da sociedade e tempo no qual estão inseridos.

### **Referências bibliográficas**

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. 7ª edição. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORRAT, Héctor; FONTCUBERTA, Mar de. **Periódicos**: sistemas complejos, narradores en interacción. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

BOURDIEU, P. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa – Tomo I**. Campinas: Papyrus, 1994.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

TÉTU, Jean-François. **La temporalité des récits d'information**. In: VITALLIS et al. (Dir.), Médias, temporalités et démocratie. Rennes : Apogée, 2000. P. 91-108. .